AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

TI23537 - 67/67/34/12

CONSELHO EXECUTIVO
Trigésima Quarta Sessão Ordinária
07 e 08 de Fevereiro de 2019
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/1104 (XXXIV)vii Rev.1
Original: Inglês

RELATÓRIO SUBCOMITÉ DO CRP SOBRE ASSUNTOS ECONÓMICOS E COMERCIAIS

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

REUNIÃO DO SUBCOMITÉ DO CRP DE QUESTÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS
31 DE OUTUBRO DE 2018
ADIS ABEBA, ETIÓPIA

DTI/PRC/SCttee/Eco.Trade/Finl/Rpt

RELATÓRIO

Introdução

1. A Reunião do Comité dos Representantes Permanentes (CRP), o Subcomité para questões Económicas e Comerciais foi realizada na Quarta-feira, 31 de Outubro de 2018. O principal objectivo da reunião era para o Subcomité receber actualizações e relatórios de ambos os Departamentos de Economia e de Comércio e Indústria da Comissão da União Africana, em relação aos seus respectivos programas de trabalho e actividades para 2018. A reunião foi presidida pelo Embaixador Baye Moctar Diop do Senegal, na sua qualidade de Presidente do Subcomité.

Participação

2. A reunião contou com a participação dos seguintes Membros do Subcomité: Chade, Comores, Egipto, Namíbia, Nigéria, Senegal, África do Sul e Togo. A reunião contou ainda com a presença do Comissário e o Director do Departamento de Comércio e Indústria, Oficiais e Peritos dos Departamentos para Assuntos Económicos e de Comércio e Indústria. A lista dos participantes está anexa a este relatório como Anexo I.

PONTO 1 DA AGENDA: Abertura da Reunião

Discurso de Abertura pelo Embaixador Baye Moctar Diop, Presidente do Subcomité do CRP sobre questões Económicas e Comerciais

3. O Presidente do Subcomité sobre questões económicas e comerciais, S.E. Baye Moctar, Embaixador do Senegal em Adis Abeba, saudou a participação do Embaixador Albert Muchanga, o Comissário para o Departamento de Comércio e Indústria, bem como aos membros do Subcomité e tomou nota da ausência de S.E, o Comissário e Director do Departamento de Assuntos Económicos, devido a outros compromissos.

4. No seu discurso de abertura, apontou que era a segunda vez que o Subcomité reunia-se desde que foi posto em prática. A primeira reunião teve lugar em 18 de Janeiro de 2018, desde então, desenvolvimentos importantes foram registados. Ele lembrou que o principal mandato do Subcomité é de examinar as actividades comerciais e económicas entre os Estados-Membros, com vista a acelerar o processo da integração regional.

5. Na sua alocução, ressaltou que houve progressos notáveis desde a última reunião do Subcomité, nomeadamente a assinatura do Acordo que institui a Zona de Comércio Livre Continental Africana. O Embaixador Baye Moctar agradeceu ambos os Departamentos pelos resultados notáveis obtidos. Em seguida, elogiou o Departamento dos Assuntos Económicos pelas suas últimas publicações, incluindo o Relatório Económico Anual de 2018, sobre a Dinâmica de Desenvolvimento de África e a Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA II).

6. O Presidente concluiu solicitando aos membros do Subcomité a se comprometerem em apoiar o trabalho dos dois departamentos na concretização dos

objectivos da Agenda 2063, que contém vários projectos emblemáticos tais como a ZCLCA e a Estratégia de Produtos, bem como o Relatório do Comité Técnico Especializado em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação e Integração Económica e o Relatório da 4ª Conferência de Ministros africanos de Estado Civil.

7. Apelou igualmente para a realização de mais reuniões regulares no sentido de permitir que o Subcomité reveja o progresso e proporciona uma orientação necessária.

PONTO 2 DA AGENDA: Adopção da Agenda

8. A agenda foi aprovada sem alterações e consta do Anexo II do presente relatório.

PONTO 3 DA AGENDA: Aprovação do Relatório da Reunião realizada em Janeiro de 2018

9. O Subcomité do CRP para as Questões Económicas e Comerciais analisou e aprovou o Relatório da sua reunião realizada em Janeiro de 2018.

PONTO 4 DA AGENDA: Actualização sobre os Principais Desenvolvimentos do Departamento de Comércio e Indústria

10. O Comissário para o Departamento de Comércio e Indústria, Embaixador Albert Muchanga, avaliou o encontro da seguinte forma:

(i) Questões Comerciais

11. Na área do Comércio, o Comissário destacou uma série de desenvolvimentos que ocorreram desde que o Subcomité se reuniu na última vez, em Janeiro de 2018. Começando com a ZCLCA, informou à reunião de que o acordo havia sido aprovado em Março de 2018 pela 10ª Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da UA e que, até agora, 49 Estados Membros assinaram o acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLCA), e 9 Estados Membros já ratificaram. A reunião foi igualmente informada de que vários Estados-Membros estão a realizar consultas nacionais, de modo a assinar e ratificar o Acordo da ZCLCA.

12. O Comissário informou ainda à reunião que na véspera da adopção do Acordo ZCLCA, a Comissão organizou um Fórum de Negócios para o Sector Privado durante o qual o sector privado se comprometeu a apoiar os processos de advocacia da ZCLCA. Para este fim, eles se comprometeram em contribuir com 1 milhão de dólares norte-americanos. O Fórum Empresarial do Sector Privado já foi institucionalizado e a próxima sessão do mesmo terá lugar em Julho de 2019. O Fórum resultou igualmente na assinatura de um Memorando de Entendimento entre a Comissão e os AfroChampions, um agrupamento de personalidades proeminentes de negócios africanos que entre outros comprometeu-se a apoiar a ZCLCA. A Afreximbank comprometeu-se a apoiar o processo da ZCLCA com 500.000,00$EU.

13. O Comissário de seguida, indicou que ainda há algum trabalho a ser feito para finalizar A primeira fase das negociações que inclui a finalização do Anexo sobre as Regras de Origem, Listas de Ofertas Tarifárias e Pautas de Compromissos Específicos sobre o Comércio de Serviços. Indicou ainda que este trabalho está prevista a ser concluída até 31 de Dezembro de 2018.

14. S. Excia. o Embaixador Muchanga destacou alguns dos trabalhos a serem levados a cabo em apoio a ZCLCA incluindo a organização da Primeira Feira Intra-Africana, que terá lugar de 11 a 17 de Dezembro de 2018 no Cairo, no Egípto; o desenvolvimento de um sistema de pagamento digital e de liquidação em colaboração com o Afreximbank, bem como o desenvolvimento do Projecto da Estratégia de Facilitação do Comércio e um Projecto de Estratégia de Mercadorias. Além disso, informou a reunião de que o Centro Internacional de Comércio (ITC, sigla em língua inglesa) publicou um guia da ZCLCA e que o Departamento de Comércio e Indústria está em vias de finalização do trabalho sobre um Manual da ZCLCA, bem como sobre a criação de um Observatório do Comércio.

15. No que diz respeito ao Comércio Internacional, o Comissário informou à reunião sobre os resultados do Fórum do Acto do Crescimento e Oportunidade Africana (AGOA) ao que ele indicou que há necessidade dos Países Elegíveis do AGOA encontrarem maneiras de melhorar a utilização das preferências ao abrigo do regime. O Comissário informou ainda à Reunião que no tocante ao Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), um segmento da Indústria e investimento havia sido introduzido, que será liderado pelo Departamento de Comércio e Indústria no lado Africano.

16. Em relação à Organização Mundial do Comércio (OMC), a Reunião foi informada sobre as reuniões de revisão durante as quais o Grupo Africano está a fazer um balanço dos processos, bem como a preparar as suas posições em relação às negociações.

(ii) Assuntos Industriais

17. O Comissário informou à Reunião que um projecto de Estratégia para Pequenas e Médias Empresas (PME) havia sido desenvolvido e seria apresentado ao Segundo Comité Técnico Especializado de Comércio, Indústria e Minerais para a sua apreciação e aprovação. A reunião foi ainda informada de que foi igualmente criada uma Rede Empresarial Africana cujo objectivo é de reunir as PME em África. Outrossim, o Comissário informou igualmente à reunião sobre um Memorando de Entendimento que foi assinado pelo Desenvolvimento Internacional de Comercio Electrónico (E-commerce) Africano (AeCDI) e a Comissão, para o desenvolvimento de uma Plataforma Continental sobre E-commerce que vai ajudar as empresas de exportação, especialmente as PME no aumento das suas exportações.

18. A reunião foi da mesma forma informada sobre o estabelecimento da Unidade de Coordenação e Implementação do Desenvolvimento Acelerado Industrial para a África (AIDA) do Departamento de Comércio e Indústria, com o apoio da Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO), que irá ajudar na

implementação da Estratégia de AIDA. Além disso, o Comissário destacou o trabalho que está a ser realizado na mobilização do apoio internacional para a industrialização de África sob a Terceira Década de Desenvolvimento Industrial de África (IDDA III) que foi proclamada em Julho de 2016, na Assembleia Geral das Nações para ser executado a partir de 2016 até 2025.

(iii) Questões de Mineração

19. Na área de Mineração, o Comissário informou à reunião que, após a decisão da Cimeira realizada em Nouakchott em Julho de 2018 para a República da Guiné acolher o Centro de Desenvolvimento de Minerais de África (AMDC), a Comissão está a trabalhar com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e o Governo anfitrião sobre a transferência do Centro. A este respeito, a reunião foi informada de que a missão será enviada para a República da Guiné para trabalhar no Acordo de Sede e que os recursos estavam a ser mobilizados para criar uma Equipe de Transição. Outrossim, indicou que um Comité Consultivo foi criado para trabalhar na ratificação dos Estatutos do Centro de Desenvolvimento de Minerais da África (AMDC).

20. O comissário destacou igualmente o trabalho que está a ser levado a cabo em conformidade com a Visão Africana de Mineração, que indicou que será complementada pela Estratégia relativa ao Produto da UA para garantir que a África agrega valor aos seus produtos minerais, de modo a atenuar os problemas da volatilidade dos preços.

21. Nos debates que se seguiram após o informe, o Comité fez as seguintes observações: -

(i) Trabalho de advocacia sobre a ratificação da ZCLCA é de suma importância, de modo a garantir que o Acordo entre em vigor. Como tal, as CER precisam de estar plenamente envolvidos, além do seu envolvimento com o Grupo de Trabalho Continental da ZCLCA;

(ii) De acordo com a decisão de Nouakchott, há uma necessidade de garantir que os Estados Membros estabeleçam Comités Nacionais vocacionados para a ZCLCA, onde estes não existem, e formular igualmente as suas Estratégias de Implementação da ZCLCA, apoio que já foi procurado pela UNECA;

(iii) Algumas questões que podem ter efeito directo sobre a ZCLCA devem igualmente ser apresentadas às Reuniões de AMOT no sentido de garantir sinergias e para uma execução acelerada.

22. Após as discussões, a Reunião fez as seguintes recomendações: -

Em relação a ZCLCA

(i) Todos os Estados Membros da UA devem ser encorajados a assinar e ratificar a ZCLCA;

(ii) A CUA deve trabalhar no desenvolvimento do Mercado Interno (Africano) incluindo questões de Concorrência e Investimentos.

Relativamente à Indústria e Mineração

(i) **Os Estados Membros da AU devem ser encorajados a trabalhar em estreita colaboração no sentido de mobilizar recursos para as PME;**

(ii) **Todos os Estados Membros da UA devem ser instados a assinar e ratificar o Estatuto do AMDC.**

PONTO 5 DA AGENDA: Actualizações sobre os Principais Desenvolvimentos no Departamento de Assuntos Económicos

23. Falando em nome do Comissário para o Departamento dos Assuntos Económicos que estava ausente devido a outros compromissos, o Embaixador Albert Muchanga actualizou a reunião da seguinte forma: -

(i) Relatório Económico Anual da União Africana

24. A Comissão, em colaboração com o Centro de Desenvolvimento da OCDE, publicou o seu primeiro Relatório Económico Anual da União Africana para o ano de 2018, sob o título, "**Relatório da Dinâmica de Desenvolvimento de África**". Concentrando-se nos temas de Crescimento, Emprego e Desigualdades, o Relatório aborda os Desafios do Desenvolvimento do Continente e oferece uma oportunidade para formular recomendações políticas fundamentais sobre como lidar com os mesmos.

(ii) Fóruns de Negócios e de Sector Privado

25. Como um meio de melhorar o clima sustentável de negócios inclusivos e melhorar o crescimento económico e de desenvolvimento, o Departamento de Assuntos Económicos continua a envolver o sector privado através da organização dos Fóruns do Sector Privado, e Fóruns Económicos e Empresariais Conjuntos com a Turquia e Índia, entre outros.

(iii) Código Pan-Africano de Investimento (PAIC)

26. Durante a Terceira Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração (COMAI III), realizada de 22 a 23 de Maio de 2008, em Abidjan, Côte d'Ivoire, a Comissão foi convidada a criar um ambiente propício para atrair maiores fluxos de investimentos em África e facilitar investimentos intra-africanos transfronteiriças. Os

Ministros mandataram a Comissão para desenvolver um Código de Investimento abrangente para África, com vista a promover a participação do sector privado.

27. O Projecto de Código foi preparado e submetido ao Primeiro Comité Técnico Especializado em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração realizado na Sede da União Africana nos dias 26 e 27 de Outubro de 2017. Os Ministros analisaram o PAIC revisto e deram instruções à CUA para apresenta-lo ao Comité Técnico Especializado da União Africana de Comércio, Indústria e Minerais. Posteriormente, a Comissão apresentou à reunião consultiva do CTE de Comércio, Indústria e Minerais realizada de 15 a 17 de Outubro de 2018, na Sede da União Africana. A reunião tomou nota do Projecto PAIC, e observou que poderia ser utilizado como um documento quadro de referência nas negociações do Capítulo Investimento da ZCLCA.

(iv) Harmonização das Estatísticas em África: Criação de Institutos de Estatísticas e Implementação da Estratégia para a Harmonização de Estatísticas em África (SHaSA II2)

28. O trabalho continuou em prol da criação de Instituições de Estatísticas Africanas e implementação da Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA II). Em Janeiro de 2018, a Comissão e o Governo da Tunísia assinou o acordo de sede para o Instituto Africano de Estatísticas, que terá a sede em Túnis. Posteriormente, os representantes do Departamento de Assuntos Económicos abriram oficialmente o Instituto Africano de Estatísticas. O Instituto está programado a começar as suas actividades no início de 2019.

29. A Comissão e o Governo da Côte d'Ivoire concluiu as negociações sobre o acolhimento do Centro de Formação de Estatísticas, em Yamoussoukro. O Acordo de Sede deverá ser assinado no início de 2019.

(v) O Banco Central Africano

30. O Banco Central Africano (BCA) vai gerir a política monetária e cambial em África. Este será precedido pelo Instituto Monetário Africano, o que levará o trabalho preparatório para a criação do BCA com base numa abordagem gradual. Com vista a acelerar a criação do Banco Central Africano, a Comissão desenvolveu um Projecto de Acordo de Sede que deve ser negociado com a República Federal da Nigéria.

(vi) O Fundo Monetário Africano

31. Prevê-se que o Fundo Monetário Africano facilite a integração das economias africanas, abordando as restrições comerciais, o financiamento de défices, promover a cooperação monetária e prestar assistência técnica aos Estados-Membros especialmente em estratégias de redução de pobreza e da dívida.

32. O Fundo Monetário Africano ainda não foi operacionalizado. Desde 8 de Fevereiro de 2018, foram registadas dez assinaturas dos seguintes Estados-Membros: Benim, Camarões, Chade, Comores, República do Congo, Gana, Guiné-Bissau, Mauritânia, São Tomé e Príncipe, e Zâmbia. Desde esta comunicação, não houve ratificações de instrumentos jurídicos do Fundo.

33. Por seu lado, a Comissão assinou em Yaoundé em Abril de 2018, o Acordo do País Anfitrião com a República dos Camarões para iniciar o processo de operacionalização do Fundo Monetário Africano, uma vez que o seu protocolo receber as 15 (quinze) ratificações exigidas para entrar em vigor.

(vii) O Banco Africano de Investimento

34. Desde 15 de Junho de 2017, os seguintes vinte e dois (22) Estados-Membros haviam assinado os instrumentos jurídicos relevantes para o Banco Africano de Investimento: Angola, Benim, Burkina Faso, Chade, Côte d'Ivoire, Comores, República do Congo, a República Democrática do Congo, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Bissau, Guiné, Libéria, Líbia, Madagáscar, Níger, Senegal, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, Togo e Zâmbia. No entanto, apenas cinco (5) tinham ratificado, nomeadamente, o Benim, Burkina Faso, República do Congo, Líbia e Togo.

(viii) Centro de Excelência de Mercado Inclusivo Africano (AIMEC)

35. A Reunião do Comité Técnico Especializado em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração, realizada em Adis Abeba de 15 a 19 de Outubro de 2017, adoptou o estabelecimento do Centro de Excelência de Mercado Inclusivo Africano.

36. Além disso, o Conselho Executivo na sua 32ª Sessão Ordinária realizada de 25 e 26 de Janeiro de 2018, em Adis Abeba, solicitou à Comissão que examinasse as modalidades práticas de operacionalização do Centro, de acordo com as regras e procedimentos da UA.

37. Desde a adopção do estabelecimento do AIMEC, três Estados-Membros, até agora, ofereceram-se para sediar o Centro, a saber; Benim, Senegal e Tunísia. Espera-se que a Comissão comece com a realização da missão de avaliação no final deste ano.

38. Após os debates, a Reunião fez a seguinte recomendação:

i. O Departamento de Assuntos Económicos, em colaboração com o Gabinete do Conselheiro Jurídico deve continuar defensor e assegurar que os instrumentos jurídicos financeiros, tais como o Banco Africano de Investimento e o Fundo Monetário Africano sejam assinados e ratificados. O Subcomité solicitou a apresentação de um relatório para se delinear as razões pela baixa ratificação;

ii. Relativamente ao Centro de Excelência de Mercado Inclusivo Africano (AIMEC), a reunião solicitou ao Departamento de Assuntos Económicos para garantir que os critérios adequados de avaliação sejam conduzidos de acordo com as Regras e Procedimentos da UA.

PONTO 6 DA AGENDA: Actualização do resultado da:

(a) A 2ª Reunião do CTE de Comércio, Indústria e Minerais (CTE-CIM), 15 a 17 de de Outubro de 2018, Adis Abeba, Etiópia

39. O Director do Departamento de Comércio e Indústria informou aos membros do Subcomité do CRP de Assuntos Económicos e Comércio que a reunião do CTE-CIM foi convertido numa reunião consultiva devido a uma série de questões logísticas, incluindo a falta de quórum, e os documentos para a reunião não estavam igualmente disponíveis nos quatro idiomas oficiais da UA, 30 dias antes da reunião, de acordo com o Regimento.

40. A reunião observou que alguns dos desafios vividos durante a reunião do CTE-CIM poderiam ser resolvidos se o CTE-CIM pudesse considerar a revisão do seu Regimento na sua próxima reunião.

41. No tocante à realização do CTE-CIM, foram analisadas várias propostas, e a reunião formulou as seguintes recomendações:

I. A Mesa do Subcomité do CRP sobre Assuntos Económicos e Comerciais deve realizar uma consulta com o Presidente do CRP sobre as datas mais adequadas, especialmente em Janeiro antes da data da realização da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo;

II. Solicita-se que a CUA facilite a participação de Peritos dos Estados-membros, custeando a sua viagem e suportando os custos relativos às ajudas de custos durante a reunião.

III. A CUA deve enviar imediatamente os documentos da reunião a todos os Estados-membros de modo a permitir que se preparem para a reunião do CTE -CIM.

(b) Semana de Industrialização Africana

42. O Chefe da Divisão da Indústria em exercício, do Departamento do Comércio e Indústria, prestou informação actualizada sobre a Semana da Industrialização Africana, que será realizada de 18 a 23 de Novembro de 2018, na Sede da CUA. A semana será comemorada de acordo com a declaração dos Chefes de Estado e de Governo durante a 25ª Cimeira Ordinária da Organização da Unidade Africana (OUA) em Julho de 1989, na qual declarou-se o dia 20 de Novembro o Dia da Industrialização Africana. O Departamento já enviou convites para Ministros e outras partes interessadas para participarem deste evento, e está a se receber gradualmente as respectivas confirmações. O evento incluirá uma conferência de alto nível sobre produção farmacêutica e outros eventos paralelos, incluindo eventos que irão abordar o financiamento da industrialização, as Zonas Económicas Especiais (ZEE), Juventude e Empreendedorismo.

43. O Departamento foi encorajado a enviar notas verbais lembrando as Embaixadas baseadas em Adis Abeba sobre o evento, de modo que estas pudessem, por seu turno, lembrar as suas respectivas capitais.

PONTO 7 DA AGENDA: **Relatórios de Progresso sobre o seguinte:**

(a) Zona do Comercio Livre Continental Africana (ZCLCA)

44. A reunião foi informada que foram adoptadas as modalidades que estabelecem a base para a liberalização do comércio de serviços e bens, e 44 Estados-membros assinaram os seguintes instrumentos, durante a 10ª Sessão Extraordinária dos Chefes de Estado da União Africana, em 21 de Março de 2018, em Kigali: o Acordo-Quadro, o Protocolo sobre o Comércio de Bens; Protocolo sobre Comércio de Serviços; e o Protocolo sobre Regras e Procedimentos para a Resolução de Litígios.

45. Além disso, durante a 31ª Cimeira Ordinária realizada em Nouakchott, Mauritânia, em Julho de 2018, foram igualmente adoptados os Anexos ao Protocolo sobre Bens e os Anexos ao Protocolo sobre Regras e Procedimentos para a Resolução de Litígios. Os Chefes de Estado e de Governo adoptaram os cinco sectores prioritários de serviços, nomeadamente: Transporte, Comunicação, Finanças, Turismo e Negócios. Durante a realização da reunião do Subcomité, decorriam em simultâneo, em Adis Abeba, as reuniões do Grupo Técnico de Trabalho (GTT) sobre as Regras de Origem e do Grupo Técnico de Trabalho sobre Negociações de Serviços.

46. O orador concluiu a sua intervenção assinalando que já está em curso o trabalho preparatório sobre questões da 2ª Fase, que abarcam a elaboração dos seguintes instrumentos: um Protocolo sobre Investimentos, um Protocolo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual e um Protocolo sobre Política de Concorrência. De acordo com a decisão da 31ª Sessão Ordinária da Conferência realizada em Nouakchott, Mauritânia, em Julho de 2018, a meta consiste em concluir as negociações da 2ª Fase até Janeiro de 2020. Igualmente, enfatizou a necessidade de se operacionalizar os Comités

Nacionais da ZCLCA de acordo com a decisão da Cimeira e a necessidade de criar um Quadro de Diálogo Consultivo para o Envolvimento dos Intervenientes na ZCLCA.

47. Na sequência da apresentação, os Membros do Subcomité indagaram sobre as estratégias que a Comissão está a implementar no sentido de acelerar a ratificação do Acordo da ZCLCA, em resposta do que S. Ex.ª O Embaixador Albert Muchanga avançou que a liderança da CUA exerce pressão sobre Estados-membros neste sentido sempre que surgem oportunidades. Igualmente, a CUA está a interagir com antigos Chefes de Estado e de Governo para fazer pressão com vista a ratificação, especialmente nas respectivas regiões, bem como está a envolver o Sector Privado, consciencializando-o sobre o vasto mercado criado pela ZCLCA.

(b) Feira Comercial Intra-Africana (FCIA)

48. Relativamente à este evento, os Membros do Subcomité do CRP sobre Assuntos Económicos e Comerciais foram informados que a Comissão está a trabalhar com o Afreximbank na organização da 1ª Feira Comercial Intra-Africana (FCIA) que será organizada pela República Árabe do Egipto, de 11 a 17 de Dezembro do ano em curso. Até o momento, 336 expositores registaram-se para participar no evento. O Presidente da União Africana, S. Ex.ª Paul Kagame, Presidente do Ruanda, bem como alguns Chefes de Estado e de Governo da União Africana irão igualmente participar na FCIA. O Embaixador Albert Muchanga ressaltou a necessidade de os Estados-membros da União Africana participarem na FCIA, uma vez que ajudaria na concretização da Zona do Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), pois constituiria uma oportunidade para África negociar mais consigo própria. O representante do Egipto forneceu informações adicionais e encorajou a participação plena de todos os Estados-membros da UA. Ademais, esclareceu que alguns Chefes de Estado e de Governo foram convidados pelo Governo Anfitrião, com base em consultas.

PONTO 8 DA AGENDA: Diversos

49. Neste ponto, o Director do Departamento de Comércio e Indústria informou que, no âmbito das medidas visando a redução de custos da União Africana, o orçamento de 2019 para o Departamento foi reduzido. No entanto, para permitir que o Departamento realizasse as suas actividades referentes à 2019, especialmente o Projecto Especial da ZCLCA, haveria necessidade de um Orçamento Suplementar. O Director manifestou o seu apreço pelo apoio que o Departamento vem recebendo no que tange aos requisitos financeiros adicionais dos órgãos políticos relevantes.

PONTO 9 DA AGENDA: Encerramento da Reunião

50. Na sua intervenção de encerramento, o Presidente do Subcomité teceu agradecimentos aos membros do Subcomité pela participação na reunião e agradeceu em especial o Comissário, o Director e o pessoal da Comissão pela sua presença. Outrossim, reiterou o apoio do Subcomité em relação ao trabalho de ambos os Departamentos, e a disposição do Subcomité de fazer parte dos programas e das actividades

Anexo II

PROJECTO DE AGENDA

1. Intervenção de abertura do Presidente do Subcomité do CRP, Embaixador da República do Senegal, 5 -7 minutos.

2. Apreciação e Aprovação do Projecto de Agenda.

3. Adopção do relatório da última reunião realizada em Janeiro de 2018.

4. Prestação de informação sobre os principais desenvolvimentos no domínio do comércio e indústria realizada pelo Comissário para o Comércio e Indústria - 10 minutos.

5. Prestação de informação sobre os principais desenvolvimentos no domínio de Assuntos Económicos e Monetários pelo Comissário para os Assuntos Económicos - 10 minutos.

6. Prestação de informação actualizada sobre os resultados da (a) 2ª Reunião do CTE sobre Comércio, Indústria e Recursos Minerais e (b) Semana da Industrialização Africana.

7. Apresentação do Relatório de Progresso sobre (a) a Zona do Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e (b) a Feira de Comércio Intra-Africano.

8. Diversos.

9. Intervenção de encerramento pelo Presidente do Comité.

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone + (251)115 517 700 Fax : +(251)115510467

TI22093 – 92/92/22/10

REUNIÃO DO SUBCOMITÉ DO CRP SOBRE QUESTÕES ECONÓMICAS E DE COMÉRCIO

18 de Janeiro de 2018

Adis Abeba, Etiópia

PRC/Scttee/Eco.Trade/Rpt.(2018)
Original: Inglês

RELATÓRIO

Introdução

1. A Reunião do Subcomité dos Assuntos Económicos e Comércio do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) foi realizada na Quinta-feira, 18 de Janeiro de 2018. O objectivo principal da Reunião foi de apresentar ao Subcomité informes e relatórios dos Departamentos de Comércio e Indústria e dos Assuntos Económicos da Comissão da União Africana em relação aos seus respectivos programas e actividades para o ano de 2017. A reunião foi presidida por S. Ex.ª Embaixador Baye Moctar Diop do Senegal, na sua qualidade de Presidente do Subcomité.

Presenças

2. Os seguintes Membros do Subcomité participaram na Reunião: Chade, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Egipto, Etiópia, Guiné, Madagáscar, Malawi, Namíbia, Nigéria, Senegal, África do Sul, Togo e Tunísia. A Reunião contou com a participação dos Comissários do Departamento dos Assuntos Económicos e do Departamento de Comércio e Indústria e seus respectivos funcionários. A lista completa dos participantes consta como Anexo I deste relatório.

Abertura da Reunião

Discurso de Abertura proferido por S. Ex.ª Embaixador Baye Moctar Diop, Presidente do Subcomité do CRP para Assuntos Económicos e Comércio

3. No seu discurso de abertura, S. Ex.ª Sr. Baye Moctar Diop deu as boas-vindas aos membros do Subcomité e solicitou a Reunião para que observasse um minuto de silêncio em memória da Sr.ª Mariam Omoro, que até à sua morte era Oficial de Programas na Unidade da ZCLC do Departamento de Comércio e Indústria. Posteriormente, o Embaixador recordou que era a primeira reunião do Subcomité desde que foi instituído. Saudou a presença dos Comissários para os Assuntos Económicos e de Comércio e Indústria na reunião e agradeceu o respectivo departamento por organizá-la.

4. Recordou que os mandatos dos Departamentos dos Assuntos Económicos e de Comércio e Indústria estão relacionados com o Subcomité. Realçou a importância da Reunião especialmente devido ao facto de que foi realizada à margem dos preparativos da 30ª Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da UA. Concluiu o seu discurso reiterando o apoio do Subcomité ao trabalho dos dois Departamentos, e enfatizou a necessidade de reuniões regulares do Subcomité para garantir que receba informação actualizada sobre o progresso dos programas, projectos e actividades dos dois Departamentos.

Discurso proferido por S. Ex.ª Prof. Victor Harison, Comissário para os Assuntos Económicos

5. O Comissário Harrison iniciou o seu discurso observando que era a primeira vez que se dirigia ao Subcomité desde que assumiu funções. Posteriormente, agradeceu o Subcomité por honrar a reunião bem como o seu apoio aos Departamentos de Comércio e Indústria e dos Assuntos Económicos.

6. Apresentou um panorama da economia africana de 2000 até à data, tendo realçado o impacto das recentes crises financeiras nos países africanos bem como o impacto da governação, a queda dos preços do petróleo a nível mundial sobre a economia. A este respeito, o Comissário Harison apelou aos países africanos para que enveredem pela diversificação económica, industrialização e que priorizem a integração como formas de reviver as suas economias. Concluiu o seu discurso enfatizando a necessidade dos países africanos assinarem e ratificarem os Instrumentos da União Africana para a criação de instituições financeiras africanas tais como o Banco Africano de Investimento e o Banco Central Africano, uma vez que são fundamentais no desenvolvimento de África.

Discurso proferido por S. Ex.ª Embaixador Albert Muchanga, Comissário para Comércio e Indústria

7. No seu discurso, o Embaixador Muchanga começou por recordar que uma das razões principais porque África pretendia alcançar a independência foi a necessidade de padrões de vida dignos para os seus povos. Posteriormente, opinou que isso pode ser alcançado se África crescer de forma consistente em cerca de 7% e acima disso. Destacou a importância de economias africanas fortes, especialmente à luz da crescente população no continente. Afirmou que sem economias fortes, África iria sofrer da instabilidade social e política, bem como a imigração em massa dos jovens através do "voto com os pés".

8. Realçou, igualmente, que é neste contexto que programas tais como a criação da ZCLC são fundamentais uma vez que ajudam África na criação de melhores oportunidades para os seus povos, especialmente a juventude. Destacou que a ZCLC irá incentivar a especialização da produção, desenvolvimento de cadeias de valor regionais, e que os fabricantes africanos actualmente estão nos 12% de produtos acabados em comparação com os 33% na Europa. Neste contexto, enfatizou também o papel do sector privado, especialmente no acréscimo do valor das matérias-primas provenientes de África, tendo indicado que uma Estratégia de Bens está em fase de elaboração para o seu apoio.

9. Posteriormente, o Comissário Muchanga advertiu que o sistema de comércio multilateral poderá não gerar os resultados que África previa conforme evidenciado pelos resultados da última Conferência Ministerial da OMC que destacou principalmente o estreitamento adicional do espaço político de África no domínio do comércio. O Comissário debruçou-se, igualmente, sobre o importante papel que o Centro Africano de

Desenvolvimento de Minerais está a desempenhar para a implementação da Visão Mineira Africana. Concluiu enfatizando que o Subcomité dos Assuntos Económicos e de Comércio é fundamental para garantir a prosperidade e o bem-estar de África para os seus povos.

Adopção da Agenda

10. A agenda foi adoptada com algumas emendas e consta como Anexo II do presente relatório.

Apresentação de informação actualizada pelo Departamento dos Assuntos Económicos

(a) Informação actualizada sobre a Reunião do F10+ relativa ao Financiamento da União

11. O Comissário para os Assuntos Económicos, o Prof. Victor Harison, informou a reunião sobre a sessão do Comité de Ministros das Finanças - F10+ relativa ao Financiamento da União que teve lugar em Kigali, Ruanda, a 13 de Janeiro de 2018. Informou ao Subcomité que a reunião de Ministros foi precedida por uma reunião do Comité Técnico de F10+, de 11 a 12 de Janeiro de 2018. O Comissário informou que o F10+ abordou os seguintes pontos:

(i) Regras de Ouro sobre princípios de gestão financeira e prestação de contas: Os Ministros decidiram adoptar as Regras de Ouro com uma opção de revisão por parte dos Estados-membros que fazem parte do F10+, conforme necessário.

(ii) Mecanismos de fiscalização do orçamento da UA por parte do F10+: Adoptaram uma opção com a recomendação de que os Subcomités do CRP devem ter uma sessão conjunta com o Comité Técnico dos F10 antes de submeter a sua proposta ao CRP, que iria depois submetê-la ao Comité dos Dez Ministros das Finanças para apreciação e posterior transmissão ao Conselho Executivo.

(iii) Excedente de 0.2 por cento sobre as importações: Acordaram que deveriam sugerir à Conferência para revogar a Decisão da Conferência - Assembly/AU/Dec./6035/(XXVII) a fim de fazer emendas para permitir que os Estados-membros retenham qualquer excedente da taxa de importação depois da contribuições estatutária da reunião.

(iv) Fundo para a Paz: que a Comissão da UA acelere a implementação da estrutura aprovada de governação e gestão com vista a garantir uma gestão prudente do Fundo para a Paz.

12. Nos debates que se seguiram após a intervenção dos Comissários, os membros do Subcomité saudaram o progresso alcançado na implementação da Decisão sobre a taxa de 0.2 por cento sobre as importações. Contudo, observaram que houve resistência por parte de alguns Estados-membros e procuraram esclarecimento se a aplicação ou não da Decisão poderia ser revista se não for implementada de forma eficiente. O Subcomité solicitou ainda esclarecimento sobre a compatibilidade da taxa com o regulamento da Organização Mundial do Comércio (OMC).

13. Em resposta, o Comissário para os Assuntos Económicos informou que debates estavam em curso sobre a aplicação da taxa. Afirmou que uma auditoria parcial poderá ter sido encomendada. Contudo, visitas aos Estados-membros ainda estavam em curso com vista a avaliar a implementação da Decisão. Informou ao Subcomité que durante a reunião de Kigali, vinte e um (21) Estados-membros estavam em várias fases de implementação da Decisão.

14. O Comissário para Comércio e Indústria solicitou ao F10+ para que informasse os Ministros de Comércio e Indústria sobre a taxa para permiti-los defender a posição de África na OMC, caso o assunto seja levantado nesse fórum. Acrescentou que os Directores-gerais das Alfândegas devem ser profundamente envolvidos no processo. Informou que durante a Cimeira União Africana - União Europeia (UE), alguns Estados-membros da UE haviam prometido apoiar os países africanos em relação à taxa. Sobre a compatibilidade da taxa com o regulamento da OMC, informou que o parecer do Departamento de Comércio e Indústria foi que a mesma é compatível com a OMC com base em estudos determinados países.

(b) Informação actualizada sobre a Quarta Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Registo Civil e Estatísticas Vitais

15. O Comissário para os Assuntos Económicos, Prof. Victor Harison, informou a reunião sobre os trabalhos da 4ª Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Registo Civil que teve lugar em Nouakchott, Mauritânia, de 7 a 8 de Dezembro de 2017. Informou ao Subcomité que a reunião de Ministros foi precedida da reunião de peritos de 4 a 6 de Dezembro de 2017. Informou ainda que a 4ª Conferência elaborou a declaração de Nouakchott e recomendou o seguinte:

(i) Criação de um Comité Técnico Especializado dedicado ao Registo Civil e Estatísticas Vitais, de acordo com o Regulamento existente;

(ii) O dia 10 de Agosto deve ser declarado Dia do Registo Civil e Estatísticas Vitais e os Estados-membros da União Africana devem observar o dia;

(iii) Os Estados-membros devem incluir os refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de risco de apatridia nos sistemas de registo civil e estatísticas vitais e levá-los em conta na melhoria das estratégias e planos de acção;

16. Nos debates que seguiram posteriormente, os membros do Subcomité solicitaram informação sobre as razões da criação de um CTE de CRVS autónomo. Solicitaram, igualmente, o relatório da reunião Ministerial.

17. Em resposta, o Director dos Assuntos Económicos informou que a criação de um CTE de CRVS autónomo está em conformidade com as outras Conferências Ministeriais que foram transformadas em CTE. Afirmou que ter um CTE de CRVS autónomo vai ajudar o continente a discutir questões sobre estatísticas pertinentes para a monitorização e avaliação da implementação da Agenda 2063 de África e a Agenda 2030 sobre os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

Actualização do Departamento de Comércio e Indústria

(a) Informação actualizada sobre a Criação da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC

18. Um representante do Departamento de Comércio e Indústria informou a Reunião sobre o progresso alcançado na criação da ZCLC. Informou ainda que relativamente aos mecanismos institucionais para a ZCLC, entre outros, foi criado o Grupo de Trabalho Continental, o Fórum de Negociações e foi nomeado um Promotor da ZCLC ao nível de Chefe de Estado. Sobre os aspectos técnicos, informou que foi alcançado um Acordo-Quadro da ZCLC e um Protocolo sobre o Comércio de Serviços, enquanto os outros protocolos sobre o Comércio de Bens e Resolução de Litígios deverão ser concluídos até Março de 2018 quando os Chefes de Estado e de Governo assinarem-nos durante a Cimeira Extraordinária.

19. Posteriormente, destacou alguns desafios que foram enfrentados durante a fase de negociações, incluindo algumas divergências nas prioridades no seio dos Estados-membros, Capacidades Institucionais e Organizacionais; Questões Sensíveis tais como as Regras de Origem, o nível da ambição da liberalização, os Regulamentos sobre Serviços e a inadequação dos recursos, quer financeiros assim com humanos a nível dos Estados-membros e continental. Concluiu enfatizando a necessidade de África envidar esforços semelhantes nos outros quadros continentais que irão ajudar a tornar a ZCLC comercialmente viável tal como o Plano de Acção para a promoção do Comércio Intra-africano, AIDA, PIDA e CAADP.

20. Nos debates que se seguiram, os membros do subcomité saudaram o Departamento pela implementação do processo de criação da ZCLC conforme previsto. Contudo, solicitaram informação sobre o progresso alcançado na Introdução do Passaporte Africano, bem como o protocolo sobre a livre circulação de pessoas, considerando que isso iria apoiar substancialmente a ZCLC. Além disso, solicitaram a melhoria da coordenação com outras instituições que apoiam a ZCLC tais como a UNECA. Os membros solicitaram, igualmente, a realização de estudos a nível nacional com vista a mostrar as perdas e os ganhos a respeito da ZCLC, bem como um maior envolvimento do Sector Privado.

21. O Subcomité observou, igualmente, que as datas prevista para a assinatura do Acordo da ZCLC poderiam ser revistas para permitir a finalização de todos os elementos do Acordo que deve ser concluído. Os membros solicitaram, igualmente, esclarecimento sobre o progresso alcançado em relação à decisão relativa ao acolhimento do secretariado da ZCLC e sobre como o Acordo da ZCLC irá lidar com questões relativas à concorrência.

22. Em resposta às várias questões levantadas pelo Subcomité, o Comissário para o Comércio e Indústria agradeceu os Estados-membros da UA pela sua dedicação para a concretização da ZCLC. Destacou que o protocolo da UA sobre a livre circulação está em processo de verificação pelo Gabinete do Conselheiro Jurídico da CUA. Em relação à questão de coordenação com os parceiros da ZCLC, informou a reunião que foram agendadas sessões trimestrais com a UNECA para assegurar que haja sinergia na implementação das actividades. Informou, igualmente, ao subcomité que a Comissão está a articular com o sector privado conforme evidenciado pela sua colaboração nas

actividades levadas a cabo com os promotores africanos durante a próxima 30ª Sessão Ordinária da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA.

23. O Comissário concluiu a sua resposta realçando que a decisão de planificar a assinatura da ZCLC foi tomada pelos Ministros do Comércio e que os restantes elementos do Acordo serão abordados como uma agenda integrada. Informou, igualmente, ao Subcomité que uma nota técnica sobre o secretariado da ZCLC está a ser preparada e que será apresentada ao Fórum de Negociações sobre a ZCLC para debate, e que a questão da Concorrência, Investimentos e Direitos de Propriedade Intelectual foi agendada para a 2ª Fase da ZCLC.

(b) Informação Actualizada sobre a Estratégia de SME/I e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) da União Africana

24. Um representante do Departamento de Comércio e Indústria apresentou um informe sobre os antecedentes e o progresso relativos à elaboração da Estratégia de SME/I e MPME da UA cujos objectivos, entre outros, visam melhorar o ambiente empresarial; priorizar a formalização de empresas emergentes e negócios informais; participação de SME/Is, MPME e empreendedores nas cadeias de valor regionais e globais, desenvolvimento de grupos industriais e tecnológicos, e promoção do financiamento inovador.

25. Informou ao Subcomité que um Projecto de Estratégia foi elaborado em 2015, seguido pelo Quadro de Implementação do Programa em 2017 e que ambos foram validados pelas partes interessadas. Concluiu afirmando que a estratégia aguarda a adopção pelo CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais.

26. Nos debates que se seguiram, o Subcomité solicitou uma cópia da Estratégia e a Comissão comprometeu-se a circular o documento.

(c) Informação Actualizada sobre a Estratégia da União Africana sobre Bens

27. Um representante do Departamento apresentou informação actualizada ao Subcomité sobre a Estratégia da UA sobre Bens. Na actualização, informou que um projecto de estratégia foi elaborado e que dá ênfase na Volatilidade dos Preços dos Bens e na Industrialização baseada nos Bens, especialmente nos sectores de agricultura e Recursos Minerais. O Subcomité foi, igualmente, informado que o projecto foi apresentado ao CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais em 2016. Contudo o CTE não foi capaz de adoptá-lo na sua plenitude devido à natureza transversal dos bens africanos. Informou, ainda, a reunião que, como via a seguir, estão em estudo formas para a sua actualização e para que seja apresentado a todos os CTE relevantes, incluindo os que lidam com a agricultura e energia e finalmente à Cimeira de 2019 para adopção.

28. Nos debates que se seguiram, o Subcomité solicitou à Comissão para que garantisse que a estratégia inclua de forma adequada e específica a melhor forma em que África pode utilizar os seus recursos minerais.

(d) Informação actualizada sobre os resultados da 11ª Conferência Ministerial da OMC

29. Um representante do Departamento informou a Reunião sobre os resultados da WTO-MC11 que teve lugar em Buenos Aires, Argentina, de 10 a 13 de Dezembro de 2017. Informou que não foi emitida uma Declaração Ministerial, o que significa que não houve consenso sobe as questões principais que foram discutidas durante a reunião. Outros resultados foram a Criação de um Grupo de Trabalho sobre a Adesão do Sudão do Sul e uma Declaração sobre Mulheres e o Comércio visando a melhoria da participação das Mulheres no Comércio.

30. Informou ainda a reunião que este resultado não foi favorável para África e que para avançar há necessidade de África definir novamente uma estratégia de como participar na OMC, uma vez que ficou claro que a Agenda de Desenvolvimento de Doha poderá não culminar com resultados de desenvolvimento que o continente esperava alcançar. Concluiu afirmando que isso deve dar ímpeto ao continente africano para concluir e implementar uma ZCLC comercialmente viável como forma de garantir que o comércio contribua para o desenvolvimento do continente.

31. Nos debates que se seguiram depois da apresentação da informação actualizada, o Subcomité observou a necessidade de finalizar a ZCLC, tendo em conta que o sistema de comércio multilateral não está a funcionar em benefício de África.

(e) Informação actualizada sobre o Centro Africano de Desenvolvimento de Minerais (AMDC)

32. Nesta actualização, um representante do Departamento informou a reunião sobre os vários desenvolvimentos no âmbito do AMDC. Informou ainda que desde a sua criação, o Centro tem trabalhado na actualização da Visão Mineira Africana e até aqui apoiou a elaboração do Quadro Africano de Governação Mineral, a Estratégia e o GMIS,

criação de Comunidades de Redes de Prática/Conhecimentos tais como o Compacto da AMV com o Sector Privado e o Fórum de Organizações da Sociedade Civil. Além disso, o Centro apoiou igualmente os Estados-membros na Revisão de Quadros de Política e Regulamentares, bem como na negociação de contratos.

33. Informou a reunião que actualmente se prevê transferir o Centro da UNECA, local onde está actualmente localizado, para um Estado-membro anfitrião depois da tomada de decisão durante a 30ª Sessão Ordinária da Cimeira da UA e que um relatório a este respeito foi elaborado e será apresentado à reunião do CRP.

34. Durante os debates sobre este informe, os membros do subcomité solicitaram esclarecimento sobre o exercício de avaliação que foi realizado nos países que se ofereceram a acolher a instituição. Em resposta, o Director de Comércio e Indústria informou a reunião que um relatório de avaliação foi primeiro submetido ao CRP que depois solicitou a Comissão a realizar um outro exercício e incluir uma análise técnica da capacidade do país para acolher a instituição de acordo com os critérios definidos, bem como uma matriz de pontuação da avaliação de cada país.

Diversos

35. Neste ponto de agenda, foram levantadas e debatidas as seguintes questões:

(i) Necessidade do Subcomité ter um calendário anual de trabalho;

(ii) Que os dois Departamentos enviem aos membros do subcomité os documentos de base e as apresentações que foram usados nas actualizações que a reunião recebeu.

36. O Comissário para Comércio e Indústria informou, igualmente, a reunião sobre o facto de a Comissão da União Africana estar a co-organizar a Primeira Feira Intra-africana do Comércio que terá lugar no Egipto em Novembro de 2018 em colaboração com o Afreximbank. Comprometeu-se em garantir que o Subcomité seja representado na Feira.

Observações finais

37. Nas suas observações finais, o Presidente do Subcomité agradeceu aos membros e aos Comissários pela sua presença. Reiterou o apoio do Comité relativamente ao trabalho de ambos os Departamentos e a vontade do Comité envolver-se nos programas e nas actividades.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2019-02-07

Report of the PRC Sub-Committee on Economic and Trade Matters

African Union

African Union

https://archives.au.int/handle/123456789/8093

Downloaded from African Union Common Repository